

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina



Intenção de Consumo das Famílias

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Junho de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
MOMENTO ATUAL: EMPREGO E RENDA.....	4
CONDIÇÕES DE CONSUMO: ACESSO AO CRÉDITO, MOMENTO PARA DURÁVEIS E CONSUMO	7
PERSPECTIVAS: PROFISSIONAL E CONSUMO	11
METODOLOGIA.....	14

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Intenção de Consumo das Famílias catarinenses encerrou o primeiro semestre de 2021 em patamar pessimista, nível de insatisfação equivalente ao mesmo período do ano anterior. O índice caiu 40,63% na compração com junho de 2020, passando de 87,6 para 52,00 este ano. Apesar das expectativas negativas dos consumidores e de ter alcançando o menor nível histórico da série no primeiro trimestre do ano, o índice voltou a apresentar movimento de retomada no segundo trimestre, com média de crescimento de 0,9%.

A retomada durante o mês de junho ocorre, sobretudo, pelo avanço das expectativas futuras dos consumidores quanto à perspectiva profissão e do consumo, bem como em relação à renda atual das famílias. Esse quadro pode estar relacionado à entrada em circulação da concessão dos benefícios de transferência de renda, à antecipação do pagamento do 13º salário do INSS e ao programa de preservação e manutenção de emprego e renda. Além disso, a ampliação das expectativas dos consumidores deve estar atrelada a melhorar no cenário econômico para o segundo semestre, reforçada pela elevação nas últimas 9 semanas da mediana das projeções do mercado na estimativa do PIB, divulgada pelo relatório Focus, passando de 3,09% em 23 de abril de 2021 para 5,05% em 25 de junho de 2021.

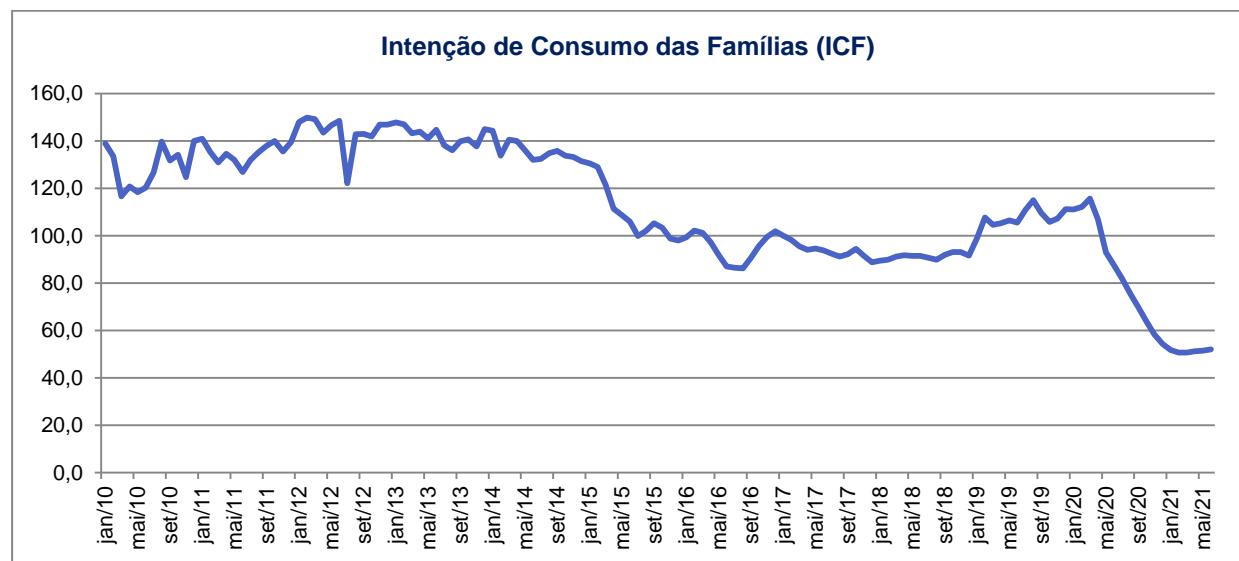
Sinais de alerta ainda são verificados e podem minimizar a retomada das atividades econômicas, especialmente, quanto ao nível de consumo atual das famílias, que diminuiu 10,29% na passagem do mês e renovou mínima histórica ao atingir 19 pontos. O resultado pode ser reflexo dos níveis de preços acelerados que corrói o poder de compra das famílias. Além disso, a elevação das taxas de juros de mercado começam a afetar o acesso ao crédito dos consumidores, assim, o indicador encerra o semestre com variação mensal média de - 0,3%. Nesse sentido, ainda as incertezas são grandes e a retomada consistente depende da ampliação da imunização, inclusive, estudo realizado pelo Ministério da Economia e divulgado em Boletim Macrofiscal de maio aponta que para cada aumento de dez pontos percentuais nas doses aplicadas por 100 habitantes, há uma revisão para cima do PIB em 0,13 pontos percentuais, na média.

Intenção de Consumo das Famílias (ICF) catarinenses encerra semestre do ano em ciclo de mínimas históricas

O indicador ficou em 52,0 pontos numa escala de 0 a 200

ok	jun/20	mai/21	jun/21	VARIAÇÃO MENSAL	VARIAÇÃO ANUAL
Emprego Atual	103,6	64,3	62,9	-2,11%	-39,22%
Perspectiva Profissional	98,6	79,4	81,9	3,12%	-16,93%
Renda Atual	110,7	51,6	52,9	2,48%	-52,19%
Acesso ao Crédito	85,0	56,9	56,4	-0,86%	-33,60%
Nível de Consumo Atual	71,8	21,2	19,0	-10,29%	-73,56%
Perspectiva de consumo	84,5	41,8	44,6	6,83%	-47,19%
Momento para duráveis	58,8	44,7	46,1	3,06%	-21,69%
ICF	87,6	51,4	52,0	1,10%	-40,63%

No primeiro semestre do ano, o ICF variou o índice entre 50,60 e 52,0 pontos, e apesar do movimento positivo que ocorre desde março, quando o índice atingiu a mínima histórica (50,6 pontos), a recuperação acontece de maneira lenta e gradual, assim, o resultado não possibilita o índice a mudar de trajetória e avançar em direção aos índices pré-pandemia. Essa trajetória é reflexo da queda mensal média do primeiro trimestre (-2,30%), enquanto a recuperação no segundo semestre foi de apenas 0,9% na média mensal.



Em junho, a intenção de consumo atingiu 52,0 pontos, avanço de 1,10% na passagem do mês. O nível de insatisfação alcançado pelas famílias nesse mês é o menor desde o início da série histórica iniciada em 2010 no comparativo com o mesmo período e está 40,63% menor que junho de 2020.

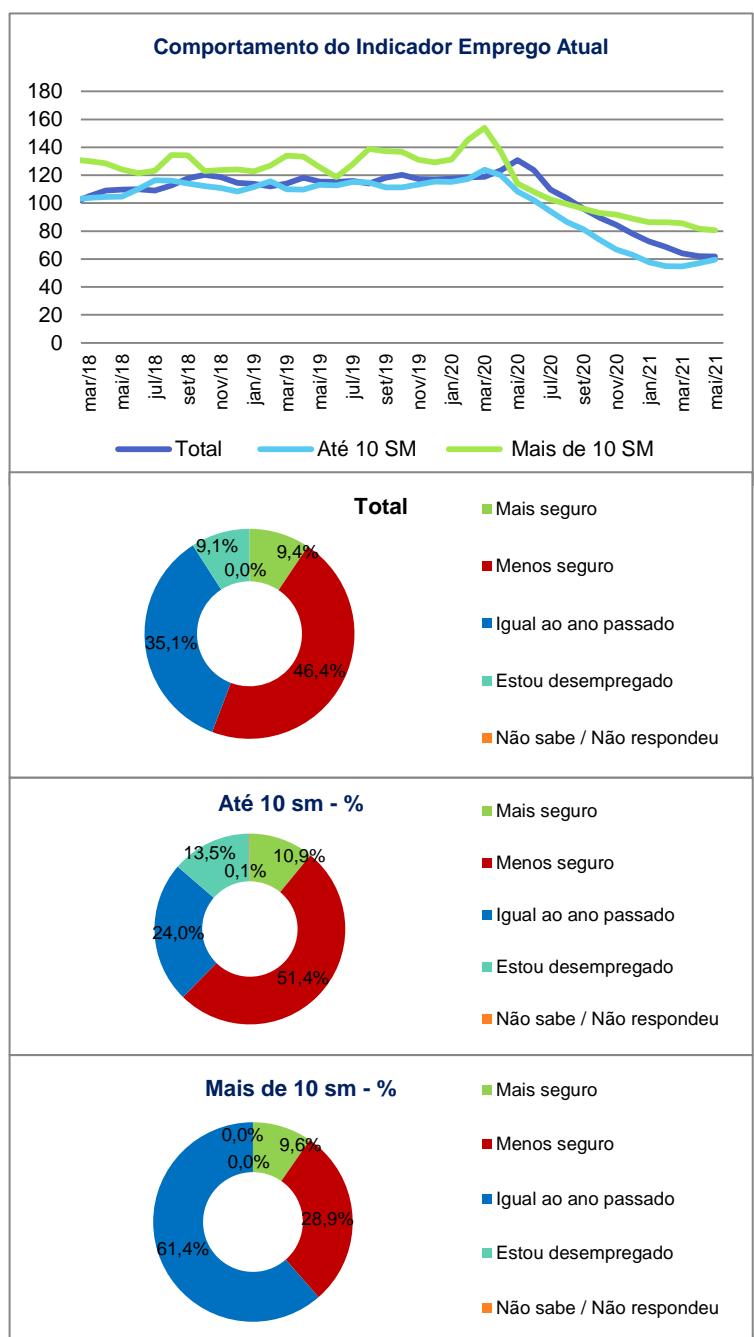
Contribuíram de maneira positiva na variação mensal o crescimento das perspectivas das famílias, tanto no Consumo que aumentou 4,10%, quanto no âmbito Profissional (+3,1%). Do lado oposto, o emprego atual interrompe movimento de alta e encerra o mês com a segunda maior queda entre os componentes do ICF. Além disso, o Nível de Consumo Atual renova mínima histórica ao retrair 10,3% no mês e atingir 21,2 pontos.

A pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias permite avaliar tanto a situação atual quanto às expectativas e perspectivas dos principais aspectos relacionados ao consumo no estado de Santa Catarina, também é possível analisar os dados conforme recorte de faixa de renda familiar menor ou maior que 10 salários mínimos (SM). A seguir apresentamos a análise das informações referente a abril de 2021.

MOMENTO ATUAL: EMPREGO E RENDA

A expectativa do consumidor para a **Emprego Atual**, após encerrar o primeiro trimestre de 2021 em mínima histórica ao atingir 61,7 pontos, e sofrer movimento de alta por dois meses seguidos, volta a apresentar queda de 2,1% na passagem do mês. Com o resultado o índice permanece em patamar pessimista, ao situar-se em 62,9 pontos – valor considerado de sólido pessimismo numa escala que vai de 0 a 200. Ao analisar o mesmo período do ano anterior, o índice continua em tendência negativa de 39,2%, inclusive, naquele período o componente apontava perspectiva otimista (103,6 pontos). O grau negativo (abaixo dos 100 pontos) dos consumidores foi atingido em julho de 2020 e se mantém até o presente momento.

Nesse contexto, 46,4% dos entrevistados indicam que estão menos seguros na permanência do Emprego Atual, patamar equivalente ao apresentado no mês anterior. No entanto, houve acréscimo de 14,7 p.p. comparado ao mesmo período do ano anterior. Em junho de 2020, a maior parte dos entrevistados (35,7%) indicava estar mais seguro com relação ao emprego, enquanto neste ano, apenas 9,4% afirmam estar mais seguros. Essa reversão é um forte indicativo de continuidade da crise e das incertezas sobre os impactos da pandemia na perspectiva dos consumidores quanto à manutenção do emprego atual.

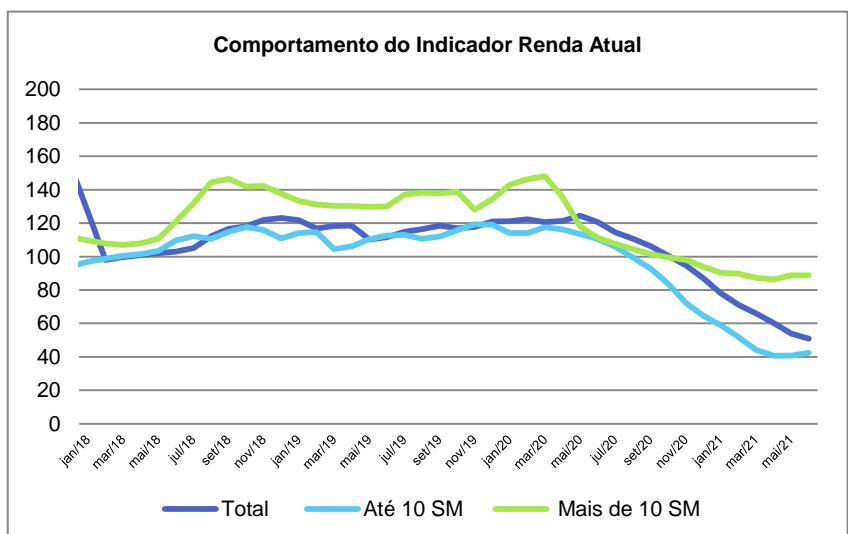


O mercado de trabalho formal de Santa Catarina apresentou até o primeiro trimestre do ano movimento acelerado na criação de postos de trabalho, entretanto, no mês de abril ocorreu redução na intensidade de novas vagas frente ao mês anterior, especialmente no setor de serviço que tinha criado 14.888 em fevereiro e 9.267 em março. Em abril, houve a geração de 2.053 vagas no setor de comércio e 5.170 no serviço, enquanto as atividades de turismo obtiveram perdas de 1.462. Esse resultado positivo é equivalente ao acumulado de 2021, com aumento de 6.366 postos de trabalho no comércio, 35.387 no serviço e queda de 3.002 no turismo.

Essa redução na intensidade associada a desigualdade do comportamento dos setores em virtude da pandemia, onde diversos segmentos sofrem movimentos negativos, com perdas de postos de trabalho no acumulado do ano, com maior intensidade no comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios (-1.686) e no comércio varejista de calçados e artigos de viagem (-774), podem ter minimizado a confiança das famílias catarinenses na manutenção do emprego atual.

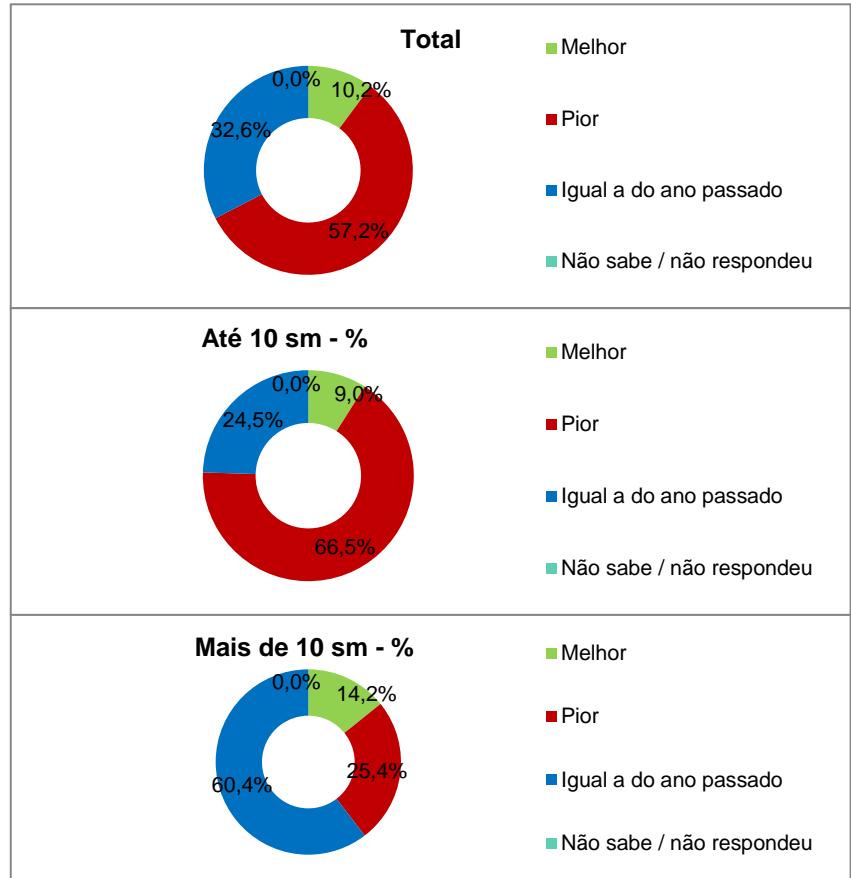
Com relação às faixas de renda analisadas na pesquisa, a tendência acompanha o indicador principal quanto ao grau pessimista das famílias. O impacto do emprego no grau de satisfação parece ser mais sentido para as famílias com renda abaixo de 10 SM, que apontou em junho 56,9 pontos e queda de 4,43% frente ao mês anterior, interrompendo sequência positiva de dois meses consecutivos. De outro lado, o ritmo das faixas acima de 10 SM encerrou o movimento de perda mensal que permanecia desde abril de 2020, e após atingir a mínima histórica da série no mês anterior, cresceu 3,77%.

. Com relação ao indicador da **Renda Atual**, o movimento de perda mais acelerado que iniciou em outubro de 2020 pode estar perdendo força. O indicador encerrou abril com queda de 5,5% frente ao mês anterior, renovando, assim, mínima histórica em nível de pontos (51,0). Já em maio, depois de 13 quedas consecutivas, o índice voltou a apresentar alta de 1,3%, movimento que permaneceu em junho com acréscimo de 2,5% na passagem do mês. Apesar da alta, ao situar-se em 52,9 pontos, o indicador permanece sendo o segundo mais afetado no comparativo anual dentre os componentes do ICF,



com queda de 52,2%. O avanço nesse quadro pode estar relacionado à entrada em circulação da concessão dos benefícios de transferência de renda, como o auxílio emergencial e à antecipação do pagamento do 13º salário do INSS.

As avaliações das famílias demonstraram que a maioria (57,2%) considerou a renda pior do que no ano passado, diante de 59,0% no mês anterior e 22,3% em junho de 2020. No mesmo período do ano anterior, 33,0% das famílias indicaram renda melhor e 42,4% igual ao do ano anterior. Ao analisar as faixas de renda, o impacto no indicador de renda atual é mais acentuado para as famílias com renda até 10 SM. Esse resultado é visível na manifestação de 60,4% das famílias com renda maior, que afirmam ter renda equivalente ao ano anterior, enquanto 66,5% das famílias com renda menor afirmam piora na renda atual.

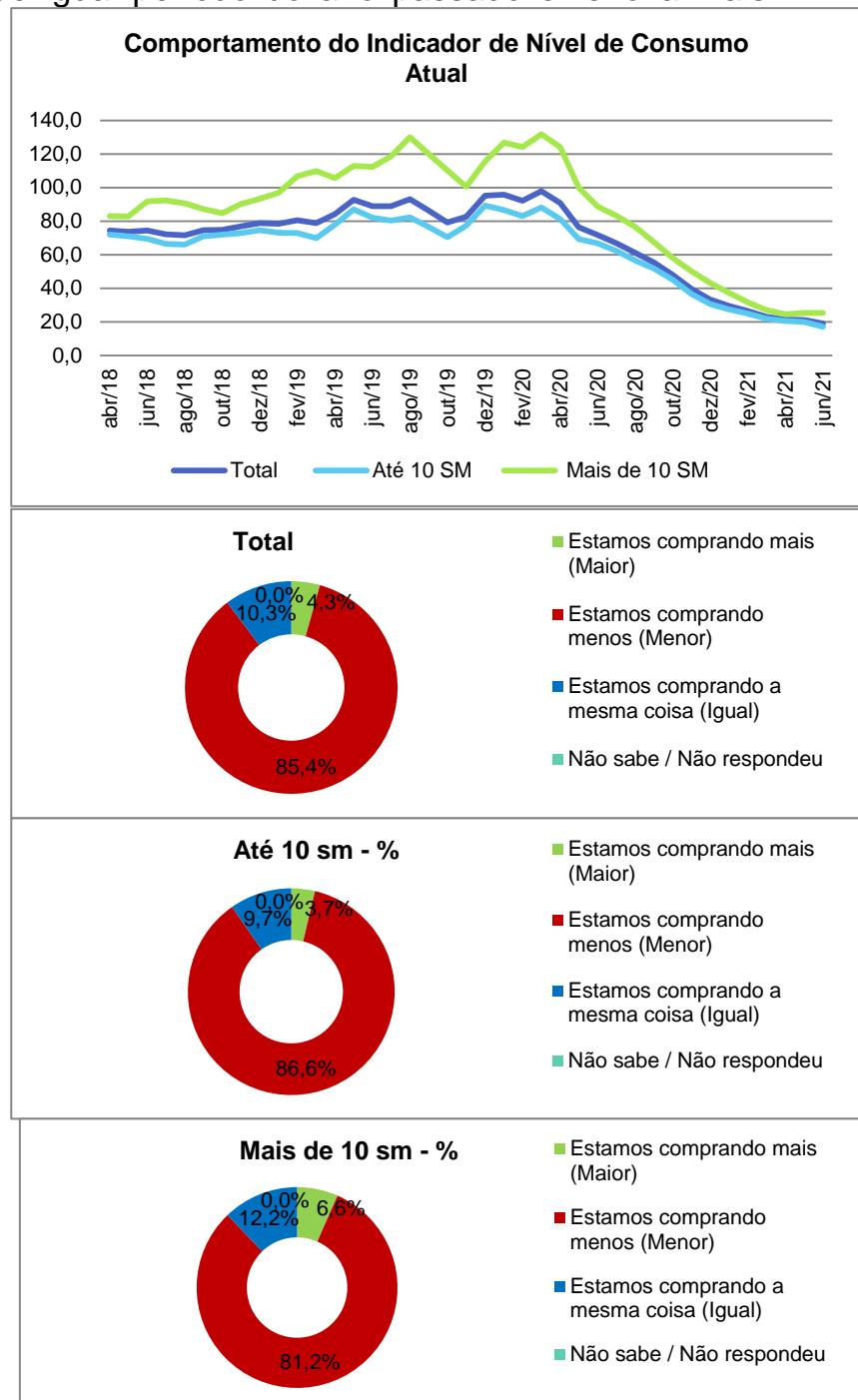


Essa perspectiva negativa da renda pode estar associada às condições inflacionárias aceleradas, especialmente, no IPCA que acumula alta em 12 meses de 8,08%. Esse resultado infringe o limite máximo da meta de inflação definida para o ano de 2021 que foi de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 pontos percentuais, para mais ou para menos. Entre janeiro e maio de 2021, o IPCA acumula alta de 3,22%, maior resultado para o ano desde 2016, quando a inflação registrada foi de 4,05%. Além disso, em maio o IPCA o acelerou na passagem do mês ao subir 0,83%, maior patamar desde 1996 (1,22%).

CONDIÇÕES DE CONSUMO: ACESSO AO CRÉDITO, MOMENTO PARA DURÁVEIS E CONSUMO

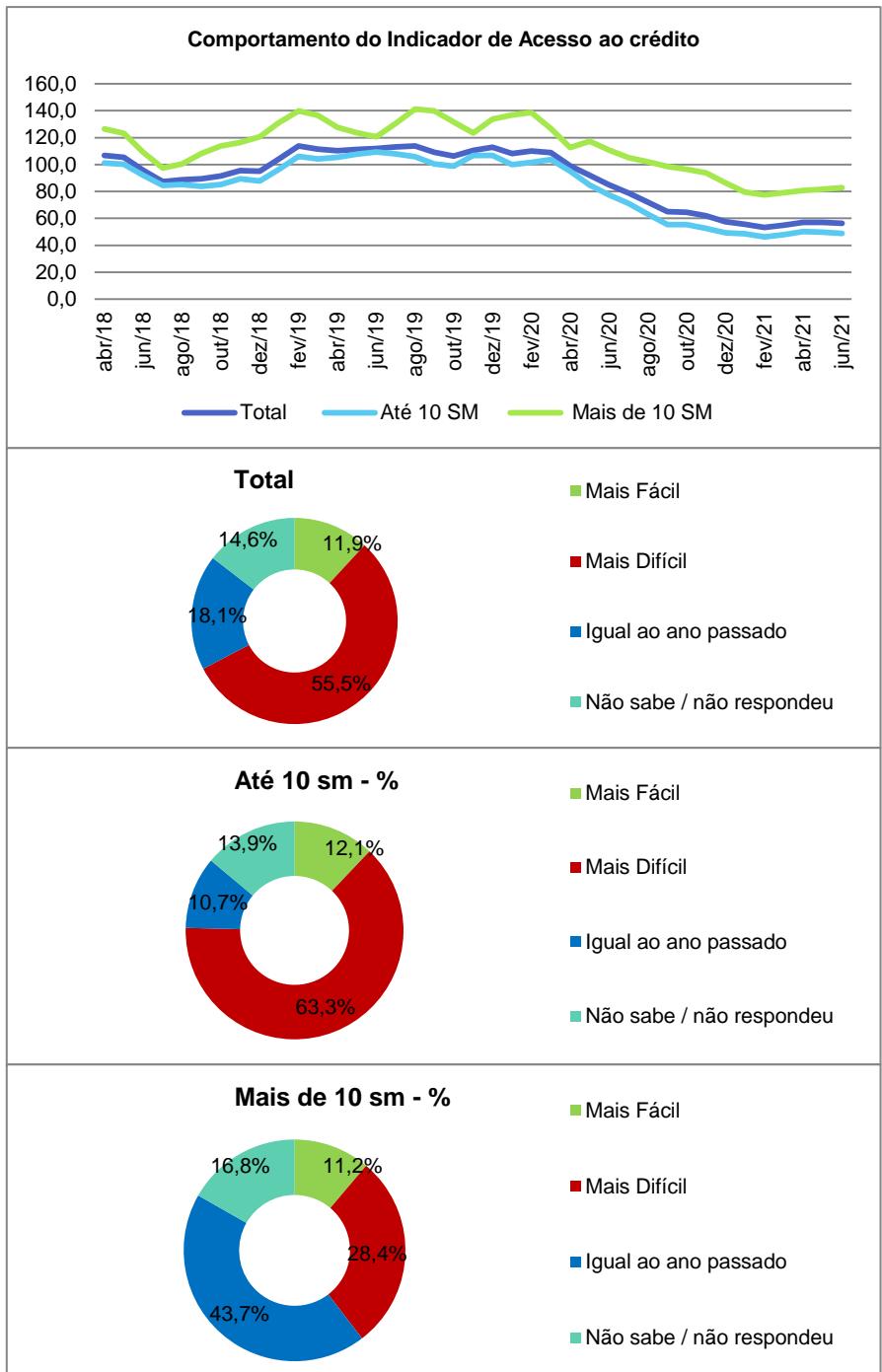
O indicador do nível de **consumo atual** reforça as perdas no ano e encerra maio 73,6% menor que igual período do ano passado e renova mais uma vez a mínima histórica da série ao atingir 19,0 pontos em junho. Na passagem do mês, foi o indicador mais impactado, com forte queda de 10,3%. O movimento de queda se mantém numa velocidade extremamente preocupante e alcança o 15º mês seguido de movimento negativo, inclusive a média do primeiro semestre de 2021 alcança -8,92% e é superior a média de variação do primeiro semestre de (-4,35%) de 2020.

É interessante analisar que o impacto da pandemia sobre o nível de consumo ocorreu de maneira bastante similar para as duas faixas de renda analisadas. Na evolução mensal média dos últimos 12 meses o nível de consumo para a faixa de renda de até 10 SM apresentou variação de cerca de -11%, enquanto para as faixas maiores a evolução foi de -12,1%. Em termos de pontos, as faixas superiores de renda mantiveram-se em nível sustentadamente maior do que as faixas menores, movimento predominante que deve estar associado a precaução e represamento, com constituição de reservas em poupança e investimentos.



A aceleração na deterioração do consumo atual também é visível nas respostas dos consumidores. A pesquisa aponta que 85,4% dos consumidores relatam estarem comprando menos do que antes, aumento de 1,7 p.p comparada ao mês anterior (83,7%) e apenas 4,3% afirmam estarem comprando mais que antes. Valores adversos na comparação com junho de 2020, onde 46,4% das famílias indicavam estarem comprando menos do que antes e 18,2% comprando mais. Com relação às faixas de renda, esse cenário é equivalente para ambos os grupos. Para 86,6% dos entrevistados, com renda acima de 10 SM, relatam estarem comprando menos que antes e 81,2% para famílias com renda abaixo de 10 SM também indicam menos compras. Essa queda no consumo pode estar relacionada aos impactos inflacionários, que corrói o poder de compra dos consumidores, bem como das incertezas em relação ao avanço da pandemia e os impactos na economia.

Com relação ao indicador de **Acesso ao Crédito** no comparativo anual a tendência negativa é mantida, com queda de 33,6% em relação ao ano anterior. No comparativo mensal, após recuperação no mês de março e abril, o índice volta a reduzir pelo segundo mês consecutivo com queda 0,9%. O indicador mantém-se em termo absoluto indicando perspectiva negativa das famílias para o acesso ao crédito ao situar-se em 56,4 pontos. A interrupção



dos avanços anteriores pode estar ligada ao aumento na taxa SELIC que ocorre desde março.

O Comitê de Política Monetária (Copom) estabeleceu um processo de normalização da política monetária no ano corrente, assim, a taxa passou de 2,0% para 4,75% ao ano, acréscimo de 2,75 pontos percentuais em um intervalo de 4 meses. As expectativas de mercado indicam que o aperto monetário deve ser intensificado até atingir ao final do ano 6,5%, segundo relatório Focus de 25 de junho de 2021. Esses ajustes têm como objetivo reduzir o IPCA para mais próximo da meta (3,75%) e diminuir o ritmo de aceleração, que alcançou a maior alta dos últimos 24 anos na passagem do mês de maio (0,83%) e acumula alta de 8,06% em 12 meses.

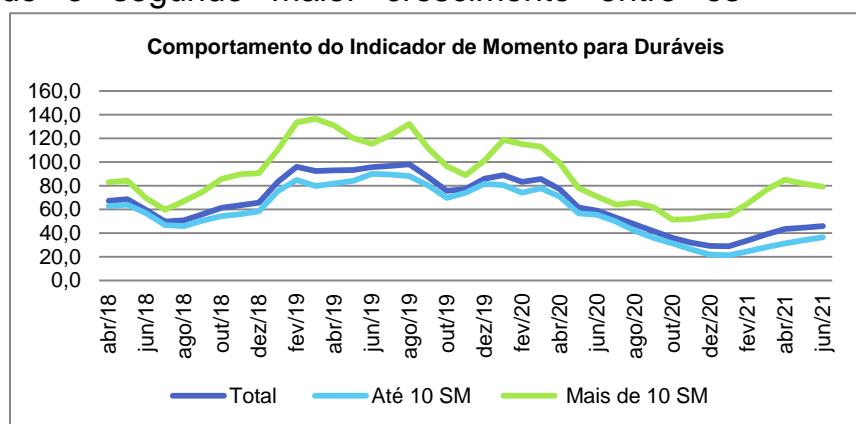
A proporção das famílias que acreditam que comprar a prazo está mais difícil obteve leve queda, alcançando no mês 55,5%, perante 56,3%, em maio. Ao comparar com junho de 2020 (36,1%) houve avanço de 19,4 p.p, essa proporção mais elevada pode ser oriunda das diminuições de linhas de crédito, restrições financeiras, falta de garantias ou da ampliação dos juros.

Considerando o recorte de faixa de renda, às famílias com renda superior a 10 SM ultrapassaram em setembro/2020 o limiar que passa a considerar desfavorável o acesso ao crédito e a partir de novembro converge com a tendência das famílias com faixas abaixo de 10 SM. Na média da variação mensal em 12 meses, os grupos de renda são divergentes na proporção, mas equivalente no movimento de diminuição, com queda de 3,6% (até 10 SM) e -2,3% (acima de 10 SM).

O momento para duráveis permanece com movimento positivo pelo quinto mês seguido, registrando o segundo maior crescimento entre os componentes do ICF na passagem do mês de 3,1%, assim, minimizando as perdas ocorridas nos meses anteriores. No contexto anual, a variação reduziu-se para 21,7% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importante notar que em termo absoluto, o momento para duráveis situa-se abaixo dos 100 pontos por 54 meses seguidos (desde dezembro de 2016), o que indica a persistência do patamar negativo mesmo antes da pandemia. O indicador está atualmente em 46,1 pontos, após atingir a baixa recorde de 29,0 pontos em janeiro de 2021 considerando a série histórica iniciada em 2010. Esse nível é considerado ainda muito preocupante em termos absolutos.

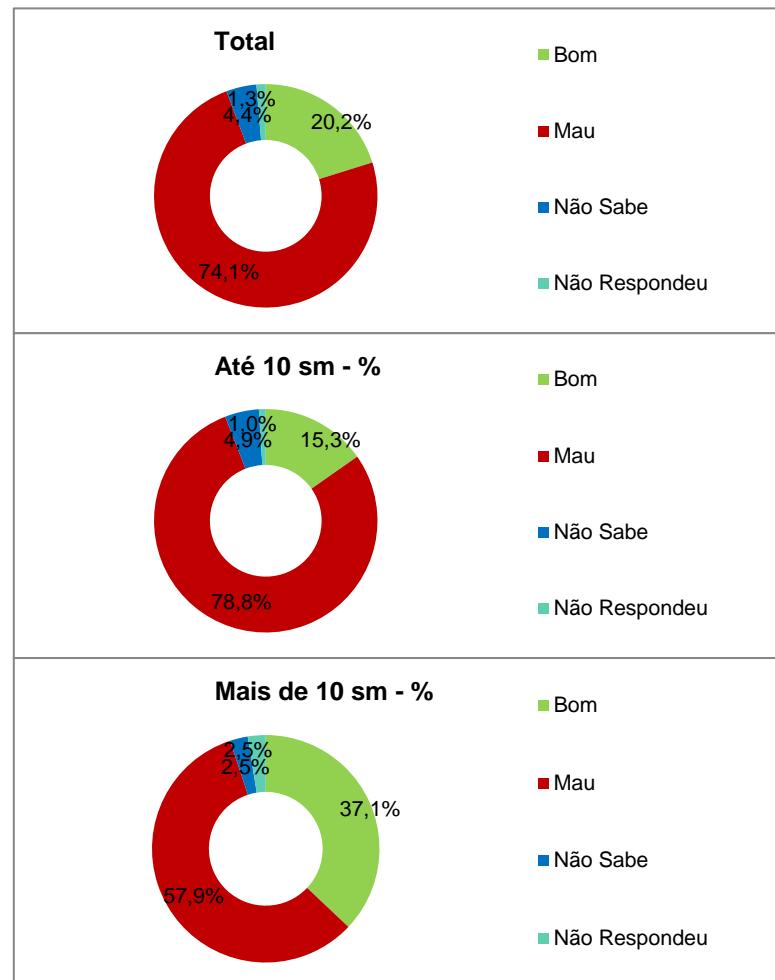
Com relação às faixas de renda, o impacto da pandemia ocorreu inicialmente de maneira mais intensa sobre as faixas de renda mais altas, que



até março de 2020 se encontravam em patamar considerado favorável (acima de 110 pontos) e tiveram reversão de tendência, passando a indicar patamares abaixo dos 100 pontos. Entretanto, as famílias com faixa de renda até 10 SM já enfrentavam tendência negativa para o consumo de duráveis desde dezembro de 2016, momento que o nível de pontos estava acima dos 100.

A parcela de consumidores que acreditam ser um momento negativo para compras deste tipo de produto atingiu 74,1%, similar aos 74,6%, observados no mês anterior. A proporção dos consumidores que acreditam ser um momento positivo para essas compras alcançou 20,2%.

O elevado patamar pessimista reflete a maior restrição no acesso ao crédito observada na prática, assim, como é uma reação por parte dos consumidores frente ao cenário de incerteza futura, que o leva a adotar uma postura conservadora no consumo, evitando realizar gastos mais vultosos e o possível comprometimento da renda. Apesar do índice estar em nível pessimista, o movimento crescente dos últimos meses começa a refletir no volume de vendas para o setor de veículos, motocicletas, partes e peças que reverteu o movimento de perda em abril, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio, e passou a acumular alta em 12 meses de 6,4%.

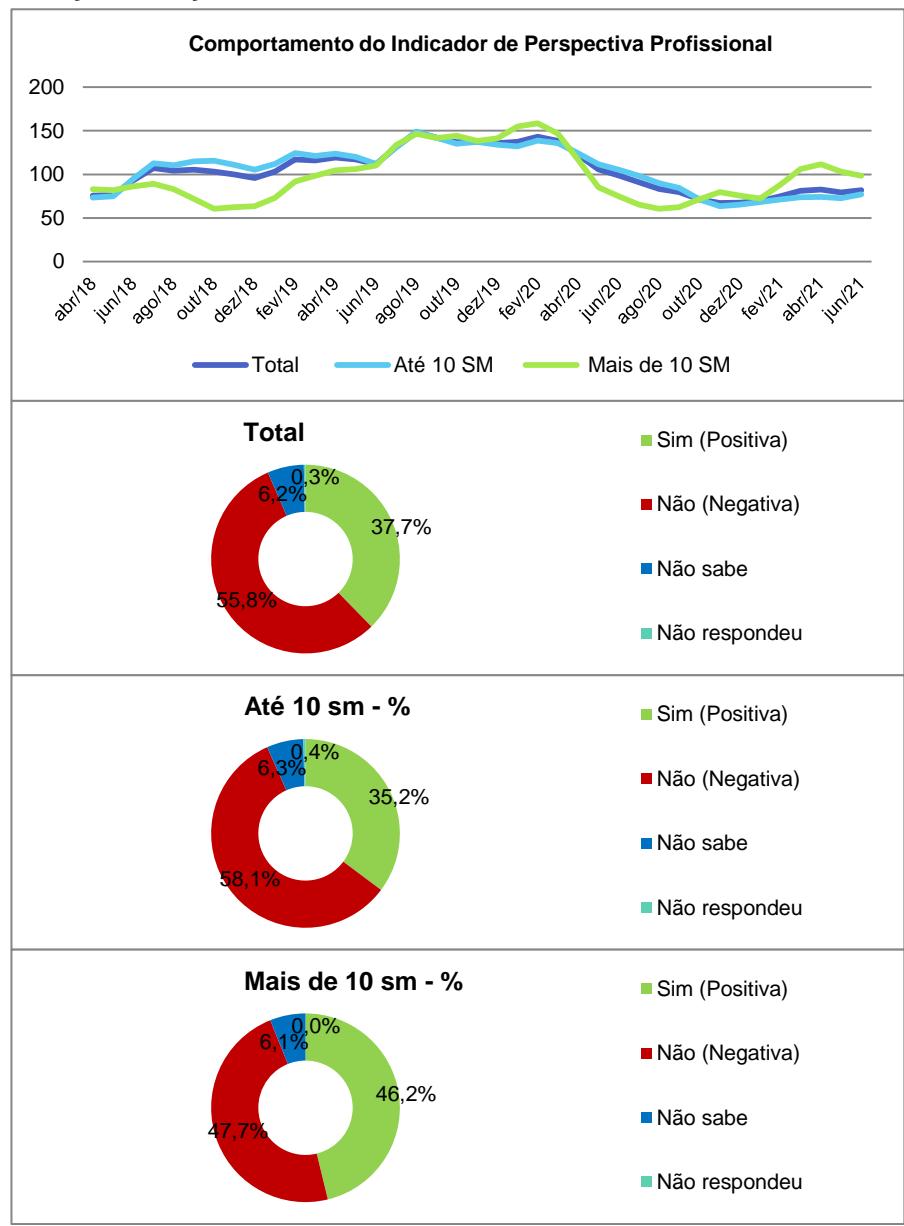


PERSPECTIVAS: PROFISSIONAL E CONSUMO

O indicador de **perspectiva profissional** em junho, após encerrar o movimento mensal positivo de cinco meses consecutivo no mês anterior com queda de 3,9%, volta a apresentar reação com acréscimo de 3,1% e fecha o primeiro semestre do ano com média de 3,32%, resultado oposto ao comparado com o primeiro semestre do ano anterior (-4,97%). Em relação ao mesmo período do ano anterior, a diferença permanece negativa, queda de 16,9%. Importante notar que mesmo com a retomada mensal positiva, em termos de valor absoluto, o indicador encontra-se em nível de percepção pessimista (81,9 pontos). Isso significa que a maioria dos catarinenses está em uma situação pessimista em relação à sua perspectiva profissional, o que certamente influencia as decisões de consumo das famílias.

A maior parcela das famílias (55,8%) demonstrou uma perspectiva profissional negativa em junho de 2021, enquanto, este valor foi de 57,0% no mês anterior e de 46,7%, em junho de 2020. Naquele ano, 45,3% das famílias entrevistadas indicaram perspectiva profissional positiva.

Em relação às faixas de renda, a perspectiva profissional das famílias com renda acima de 10 SM foi muito mais duramente impactada no início, sendo o único indicador em que tal faixa ficou em patamar (60,7 pontos, ago/2020) inferior às faixas de renda familiar abaixo de 10 salários mínimos (90,1 pontos, ago/2020). Em março, essa faixa de renda reverteu a posição, ultrapassando

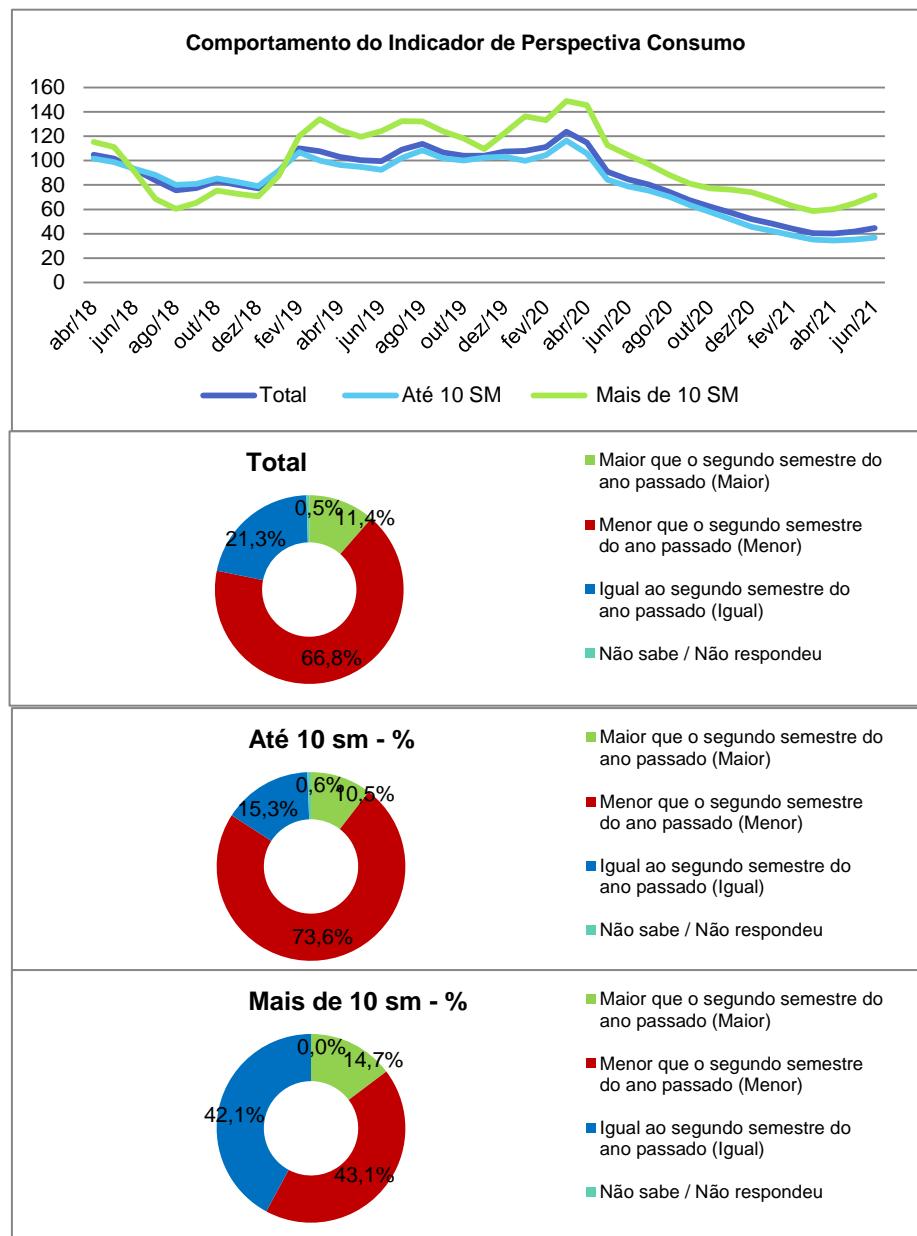


famílias entrevistadas indicaram perspectiva

100 pontos que permaneceu até o mês de maio, situação que foi revertida em junho com queda de 4,4% na passagem do mês e situando o índice em patamar pessimista (98,5 pontos). Já com relação à faixa de renda até 10 SM, apesar do crescimento de 6,2% na frente ao mês anterior, as perspectivas profissionais continuam abaixo dos 100 pontos, mostrando tendência pessimista em relação à expectativa profissional, ao encerrar junho em 77,1 pontos. Nessa faixa de renda menor, 55,8% dos entrevistados afirmam expectativa negativa para a profissão.

A perspectiva de consumo, após interromper o ritmo mensal de variação negativa que mantinha-se durante os últimos 13 meses no mês anterior, acelera o movimento positivo com crescimento de 6,8% na passagem do mês. Mesmo com o avanço dos dois últimos meses, o índice permanece em patamar negativo ao situar-se em 44,6 pontos e encerra o primeiro trimestre do ano com queda média mensal de 2,35%.

Apesar da alta nesse mês, o nível do indicador ainda apresenta riscos futuro, pois a trajetória crescentemente pessimista pode persistir por diversos meses, como foi observado durante a crise de 2016, quando chegou a atingir o fundo de



apenas 35,9 pontos em junho de 2016 após um pico de 121,1 em novembro de 2014. Além disso, fato que agrava o momento é que as perspectivas de consumo não anteciparam as perdas no nível atual, mas ao contrário as acompanharam, e sua velocidade de queda é mais rápida e constante do que a observada na crise anterior.

Importante notar que a aceleração das perdas nos níveis atuais de consumo apresenta uma divergência entre as perspectivas. Os resultados indicam que as perspectivas se encontram em patamar superior ao nível atual de consumo, sendo assim, pode resultar em uma melhora dos níveis atuais na medida em que tais perspectivas menos negativas se concretizem e passarem a reverter sua variação negativa, apesar da tendência média dos últimos meses ter sido de queda sustentada em ambos os indicadores.

Para 66,8% dos entrevistados as expectativas de consumo para os três meses seguintes serão menores, valor menor que o apresentado no mês anterior (69,1%), ou seja, os agentes econômicos podem estar ajustando as expectativas. Com relação às faixas de rendas, a expectativa de consumo também é negativa para o grupo acima de 10 SM, mas os cenários são agravados para o grupo com até 10 SM, onde 73,6% das famílias têm previsão de consumo menor para os próximos meses.

METODOLOGIA

Foram entrevistados na primeira semana do mês consumidores em potencial, residentes no Município de Florianópolis, com idade superior a 18 anos.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “ p ” por, no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “ d ” (erro amostral) assumiria, no máximo, valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para “ p ” igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de, no mínimo, 500 consumidores esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semiamplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.